



SÉRIE DE FICHAS TÉCNICAS

DESAFIO #2: DESENVOLVIMENTO MAIS LENTO DO CAPITAL INSTITUCIONAL E HUMANO

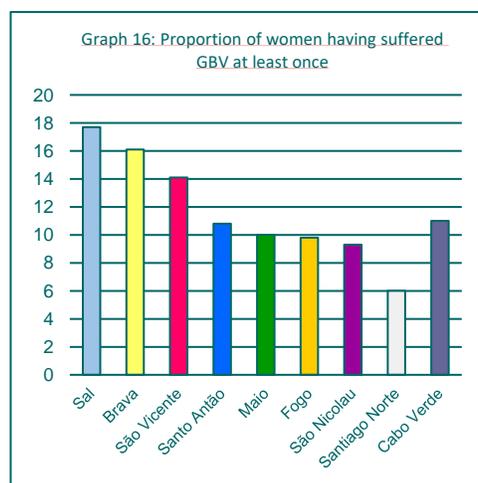
Ao garantir eleições transparentes e alternância democrática ao longo dos 46 anos de independência, Cabo Verde destaca-se como um exemplo relevante na região em matéria de governança. O bom funcionamento das instituições é uma característica relacionada: administração credível, papel parlamentar claro, tribunal de contas sólido, equilíbrio entre os poderes, etc.

O país ocupa o segundo lugar no Índice Mo Ibrahim de Governança Africana (73,1/100), apresentando um excelente desempenho em todas as categorias. O respeito pelos direitos humanos enquanto sistema é inquestionável. No entanto, os indicadores declinaram nos últimos 10 anos, e aparecem como “vermelhos”, no índice, significando má tendência¹.

Cabo Verde fez grandes progressos nas últimas décadas no quadro legal e institucional para a igualdade de género, orçamentação sensível ao género e participação das OSCs, etc. A VBG foi reduzida para metade entre 2015 e 2020 (22% vs 11%) e as disparidades de género diminuíram ou desapareceram ao nível da Educação, Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), representação política e oportunidades económicas. No entanto, alguns indicadores estão estagnados, nomeadamente na saúde e na educação. O pleno empoderamento económico e a participação das mulheres nos órgãos decisórios permanecem grandes desafios.

Os serviços administrativos e as interações com os cidadãos melhoraram, com o surgimento de diferentes interfaces virtuais ou presenciais, como a “Casa do Cidadão”, mas a interoperabilidade é ainda limitada.

A governança local está a ganhar maior expressão dentro de um processo de descentralização lento, mas constante, iniciado em 1990 com aceleração nos últimos 3 anos. O quadro jurídico e político está a evoluir numa perspetiva de “regionalização”, para competências e recursos descentralizados para municípios e ilhas (numa perspetiva “intermunicipal”). Foram implementadas medidas fiscais e instrumentos políticos



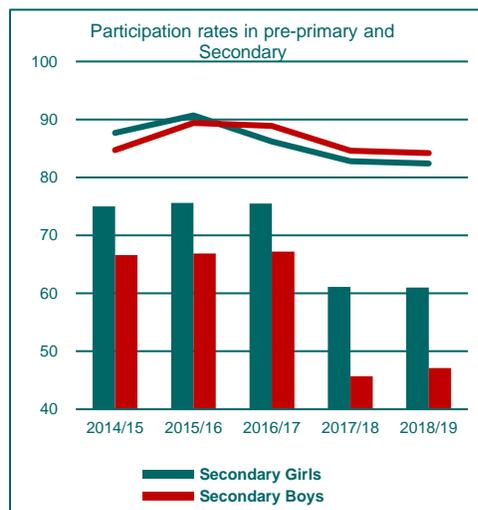
¹ Mo Ibrahim Foundation, [Ibrahim Index of African Governance](#), 2020

no intuito de melhorar as finanças locais, tais como o Fundo Municipal de Solidariedade, o Regime de Desenvolvimento Regional ou a discriminação positiva dos pequenos municípios no Orçamento do Estado, complementados por programas de promoção da inclusão e coesão social e territorial, como o Programa Nacional de Combate à Pobreza ou Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais. Todos estes instrumentos são geridos a nível central e a fiscalidade local ainda não foi melhorada.

A dinâmica das OSC difere muito de ilha para ilha, sendo que metade das OSC existentes se encontram na ilha de Santiago e as mais ativas a par destas estão localizadas em São Vicente. Cinco ilhas (Brava, Sal, Boa Vista, Maio e São Nicolau) totalizam apenas 20% das OSCs. A maioria das OSCs apresenta fragilidades estruturais que dificultam sua ação para o desenvolvimento sustentável, com fraquezas nas estruturas de governança e participação, instrumentos de gestão e planeamento, assembleias gerais e recursos.

Os indicadores de capital humano revelam tendências semelhantes com sistemas sólidos, ainda que em progresso lento. A cobertura da proteção social melhorou significativamente de 5.800 famílias cobertas em 2019 para 28.000 em 2021, mas a sustentabilidade do financiamento ainda não foi consolidada.

Os progressos em termos da saúde são historicamente bons. A expectativa de vida melhorou, chegando a 80,5 anos para mulheres e 73 para homens (66,5 em 2000 e 69,7 em 2010 para ambos²), no entanto a taxa de mortalidade materna aumentou de 49,1 por 100.000 nados-vivos em 2010 para 105,1 por 100.000 nados-vivos em 2019³. A mortalidade infantil diminuiu, mas o raquitismo e a emaciação entre crianças menores de 5 anos ainda são problemas de saúde pública. A saúde sexual e reprodutiva (SSR) responde a padrões elevados, mas uma em cada cinco meninas com menos de 19 anos já teve um filho.



A educação tem sido um ponto forte de Cabo Verde desde a sua independência, em ambas as extremidades do processo educativo: alfabetização e ensino secundário e superior. A taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) caiu de 61,3% em 1975 para 11,1% em 2021 (urbano 8,8%, rural 17,6%), embora não tenha melhorado desde 2016. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa foi de 0,9% em 2019, sem diferença de género nem diferenças significativas entre os município⁴. A taxa de conclusão em 2020 foi de 62,3% para o ensino médio, 71,2% para meninas e 68,3% para meninos. No ensino básico a taxa de conclusão é de 80,8% (meninas 85,2%; rapazes 76,4%)⁵.

Contudo, as matrículas na pré-primária e primária estagnaram ou pioraram ligeiramente nos últimos 5 anos (-4,3% para a primária), na média da região, apesar dos investimentos nestes sectores (por exemplo, um aumento de 33% nas instituições pré-primárias entre 2015 e 2018⁶). As inscrições no pré-primário diminuíram de 85,6% em 2019/2020 para 65,7% em 2020-21⁷ e no ensino superior (23,1% da faixa etária total 18-22) em 13% entre 2013 e 2017-18⁸.

Possíveis soluções a debater:

² INECV, 2019

³ Ministério da Saúde, Relatório Estatístico da Saúde 2019.

⁴ The World Bank, [Development Indicators Database](#)

⁵ Ministério da Educação, Anuários Estatísticos, 2019-2020

⁶ Ibidem

⁷ Ministério da Educação, Estatísticas 2020-2021, 2021 (não publicadas ainda).

⁸ Ministério da Educação. [Anuário do Ensino Superior Ano letivo 2014-2015](#), 2017

- Reforçar os serviços administrativos, incluindo a digitalização ; a coordenação interinstitucional, multinível e territorial, com base nos ODS; e o Sistema Nacional de Planeamento;
- Apoiar o papel das OSCs, sindicatos, grupos mais vulneráveis na vida democrática;
- Continuar a reforçar o sistema de saúde (incluindo a sua preparação para choques ao nível da saúde) e o caminho para os mais elevados padrões mundiais em SSR (incluindo a erradicação da gravidez na adolescência) e nutrição (incluindo a erradicação da malnutrição);
- Sensibilizar, conceber incentivos, desenvolver capacidades e melhorar os equipamentos para inverter as tendências de participação e inclusão do ensino pré-primário, primário, secundário e superior, incluindo a utilização de ferramentas de educação digital;
- Acelerar a tendência positiva para a erradicação da Violência de Género, empoderamento económico das mulheres e participação política.